

A. I. N° - 272041.0013/02-1
AUTUADO - LUCIANO SILVA MORAES
AUTUANTE - PAULO NOGUEIRA DA GAMA
ORIGEM - INFAZ EUNÁPOLIS
INTERNET - 15. 07. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0246-04/03

EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. OPERAÇÕES DE ENTRADAS E DE SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTOS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Foram refeitos os cálculos, para correção dos equívocos da autuação, tendo sido apurado diferença tão somente nas saídas. A omissão de saídas por si só configura a ocorrência do fato gerador, pois a saída constitui o elemento temporal da norma jurídica que define o fato tributável. **2.** IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. **3.** IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. Infrações não caracterizadas. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/12/2002, exige ICMS no valor de R\$96.003,00, em razão das seguintes irregularidades:

1. Falta de recolhimento do imposto no valor de R\$1.077,73, relativo a operações de saídas não declaradas, com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas;
2. Deixou de recolher o imposto no valor de R\$21.486,71 nos prazos regulamentares, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios;
3. Recolheu a menos o imposto no valor de R\$391,10, em decorrência de desencontro entre o valor do imposto recolhido e o escriturado no livro RAICMS;
4. Falta de recolhimento do imposto na importância de R\$73.047,46, relativo às operações de saídas de mercadorias tributadas efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita. As infrações 1 e 4, foram apuradas mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercícios fechados (2000 e 2001).

O autuado ao impugnar o lançamento fiscal em sua peça defensiva aduziu, inicialmente, que é uma empresa portadora de Certificado de Habilitação do Diferimento do ICMS sob o nº 33.003205.000.3, oportunidade em que descreveu como se processa a comercialização de café em grãos.

Em seguida, com relação a infração 1 e 4, esclareceu ter ocorrido um equívoco por parte da funcionária encarregada da confecção do livro Registro de Inventário nos exercícios de 2000 e 2001, ao deixar em branco as colunas de quantidades, unidade, preço unitário, transcrevendo, tão

somente, na coluna valor total, a quantidade existente de café em 31.12 como se fossem valores em reais. Segundo o autuado, em razão de tal equívoco, solicitou a Inspetoria de Eunápolis a regularização do referido livro, que deveria conter os seguintes dados:

Café em grãos	Quant.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
Exercício/2000	4530	Saco	80	362.400,00
Exercício/2001	5047	Saco	50,38	254.267,00

Continuando em sua defesa, o autuado apontou alguns equívocos incorridos pelo autuante no levantamento quantitativo de estoques levado a efeito na empresa e disse inexistir as diferenças detectadas na ação fiscal.

Quanto à infração 2, aduz não existir qualquer escrituração nos livros fiscais que ensejasse ICMS a recolher. Em apoio ao alegado, fez a juntada das cópias das notas fiscais de saídas, bem como dos DAEs referentes aos pagamentos do imposto destacados nas referidas notas.

Com referência à infração 3, alega que a diferença apurada pelo autuante, foi complementada mediante recolhimento efetuado através de DAE no valor de R\$391,11, em 08/08/2000, junto ao BANEBA – Ag. de Itabela-Ba, conforme documento em anexo.

Ao finalizar, solicita uma revisão da fiscalização e o cancelamento do Auto de Infração.

O autuante ao prestar a informação fiscal assim se manifestou:

1. Que todos os livros, papéis e documentos fiscais fazem prova contra o contribuinte;
 2. Que caberia ao contribuinte, se fosse o caso, em tempo hábil, solicitar a retificação do seu livro de Inventário;
 3. Que discorda das afirmações do autuado quanto aos exercícios de 2000 e 2001, como também das infrações I, II, III e IV, segundo as quais entende ter havido equívoco por parte do autuante.
- Ao concluir, diz manter a procedência do Auto de Infração.

O PAF foi submetido à pauta suplementar por proposta deste Relator, tendo a 4ª JJF decidido pela sua conversão em diligência a ASTEC, no sentido de atender ao solicitado à fl. 787.

Cumprida a diligência de fls. 789 a 793, o auditor fiscal designado, através do Parecer ASTEC nº 099/2003, transcreveu, inicialmente, o que foi pedido pelo relator, o procedimento do autuado e de como foi realizado o trabalho diligencial.

Em seguida, fez as seguintes considerações:

Infrações 1 e 4

- a) Exercício de 2000 - Apurou uma omissão de saídas no valor de R\$10.312,50, com ICMS devido de R\$1.753,13;
- b) Exercício de 2001 – Não foi constatado nenhuma omissão.

Infração 2 - Aduziu que ao proceder aos exames na documentação fiscal do autuado, constatou o efetivo pagamento do imposto no valor total de R\$21.486,71;

Infração 3 - Disse que a diferença apurada pelo autuante foi efetivamente recolhida pelo autuado, conforme comprova o DAE à fl. 150, sendo, portanto, insubsistente a exigência fiscal.

Ao concluir, diz ser devido apenas o imposto no valor de R\$1.753,12, conforme demonstrativo de débito em anexo, o qual é parte integrante do seu parecer.

Face o resultado da diligência da ASTEC, o CONSEF em despacho à fl. 811 encaminhou o PAF a INFAZ-Eunápolis, para dar ciência ao autuado e ao autuante, o que foi cumprido, conforme documentos às fls. 812 a 814, no entanto, silenciaram a respeito.

VOTO

Após analisar as peças que compõem o PAF, o meu posicionamento a respeito das infrações é o seguinte:

Infração 1 - Não prospera o lançamento fiscal, haja vista que a diligência da ASTEC, com a qual concordo, constatou inexistir a diferença de saídas apurada pelo autuante no levantamento quantitativo de estoque relativo ao exercício de 2001, cujo imposto exigido não subsiste;

Infrações 2 e 3 - A exemplo da infração anterior, a exigência fiscal deve ser excluída da autuação, pois, indevida, fato que foi confirmado pela diligência da ASTEC, com a qual concordo, a qual comprovou, à vista dos documentos fiscais do contribuinte ser inexistente o imposto apurado pelo autuante;

Infração 4 – O valor correto do imposto a ser exigido é de R\$1.753,13, com base de cálculo no valor de R\$10.312,50, conforme demonstrativo à fl. 793, já que a diligência da ASTEC, a qual acato, apurou o referido valor como o devido para a infração.

Ressalto que tanto o autuado como o preposto fiscal tomaram ciência do resultado da diligência da ASTEC, entretanto, não se manifestaram a respeito, situação que, em meu entendimento, implicou em suas concordâncias tácitas com a conclusão do diligente.

Ante o exposto e levando em consideração o fato de que a diferença nas quantidades de saídas, apurada mediante levantamento quantitativo e por espécie de mercadoria em exercício fechado, se constitui em comprovação da realização de operações sem a emissão de documentos fiscais, me induz a votar pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração na importância de R\$1.753,13.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 272041.0013/02-1, lavrado contra **LUCIANO SILVA MORAES**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.753,13**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Esta Junta recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169 inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/99, com efeitos a partir de 10. 10. 00.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de julho de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGADOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR